



O INSTITUTO AGRONÔMICO DE CAMPINAS NA ADMINISTRAÇÃO DAFERT (1887 - 1897)

Duílio BATTISTONI FILHO

No final do século XIX, a produção agrícola brasileira estava baseada na existência de mão-de-obra escrava, na abundância de terras férteis e na demanda dos produtos agrícolas, principalmente o café. Assim, condições foram suficientes para o processo de acúmulo de capital, porém, não havendo motivos para que os agricultores investissem em novos métodos de produção. A partir de 1870, com o esgotamento das terras do Vale do Paraíba, grande produtora de café, as plantações foram transferidas para o chamado *oeste paulista*, na região de Campinas, que passa a ter um papel de relevo como grande produtora do produto, em virtude do seu solo muito fértil aliado a um clima regular, de poucas geadas. Outros fatores de grande importância, além de suas terras férteis, foram a abundância de mão-de-obra e a criação do transporte ferroviário. A presença da ferrovia facilitou o comércio do café como também interferiu na relação do homem com a terra, pois o baixo custo do transporte de mercadorias deu ensejo a que houvesse a ocupação do solo pelas plantações, já que, sendo a distância uma dificuldade menor, compensava mais ao produtor se deslocar as suas plantações quando o terreno já não produzia a contento do que investir em técnicas de recuperação ou preservação do solo. Assim, o produtor de café foi migrando suas plantações em busca de terras virgens que ofereciam maior rentabilidade.

Contudo, no final do século, esse modelo já começa a apresentar sinais de exaustão, em função da carência de mão-de-obra escrava e do esgotamento do solo. E mais, os fazendeiros vinham observando em suas propriedades os primeiros sinais de praga nos cafezais e nos canaviais e,

pela primeira vez se viram diante de um problema que não tinha condições de ser resolvido no âmbito da fazenda.

O governo imperial optou por formar comissões científicas, com a finalidade de estudar esses problemas. Mas elas sentiram que esta forma de trabalho não condizia com a magnitude da situação, em virtude das dificuldades que tinham que enfrentar para realizar suas pesquisas.

Em novembro de 1887, o Dr. Emilio Augusto Goeldi, contratado pelo governo imperial para a realização de um estudo sobre a Moléstia do Cafeeiro, apresentava como parte do relatório as seguintes deficiências para viabilizar o trabalho: viagens incômodas e dispendiosas, falta de cartas geográficas, receio dos lavradores de orientar o encarregado da comissão acerca da moléstia em suas propriedades e nas plantações vizinhas e ausência completa de conhecimentos exatos dos lavradores sobre a natureza da moléstia.

Algumas inovações, a bem da verdade, já tinham sido feitas nesse período como a criação do *Instituto Fluminense de Agricultura*, que, junto ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro, realizou um trabalho importante na tentativa de aclimatar plantas exóticas. Em 1874 foram fundadas a *Comissão Geológica do Império* e a *Escola de Minas* de Ouro Preto. Dois anos mais tarde é fundado em Campinas, SP, o *Clube da Lavoura*, o qual procurou incrementar estudos teóricos e práticos para o aperfeiçoamento da lavoura como braços, instrução agrícola, biblioteca, jornais etc.

Em 1882, na sua proposta para a reforma do ensino, Rui Barbosa já indicava a necessidade de criação de várias estações agronômicas e hortos de experiência com uma fazenda modelo e um Instituto Agronômico na capital do império. Para ele a criação das Estações Agronômicas não podiam demorar, pois eram o complemento forçoso do estudo científico da agricultura.

Na despesa geral para o exercício de 1886-1887, o governo imperial alocou recursos para a instalação de uma estação agronômica que tivesse como principal atividade a pesquisa e o desenvolvimento do setor agrícola, fruto da mentalidade cientificista que vigorava na época.

Campinas foi escolhida para ter uma Estação Agronômica pelo fato de ser uma rica região agrícola, uma excelente posição geográfica, estratégica para o transporte da produção agrícola de outras regiões da Província de São Paulo, pois ali se formara um entroncamento ferroviário no qual convergiam as estradas das Companhias Paulista e Mogiana. Saliente-se a influência do Conselheiro Antonio da Silva Prado, Ministro da Agricultura, que muito se empenhou na concretização dessa instituição. Ademais, os agricultores tinham pedido às autoridades que para ali se instalasse esse centro de pesquisa, pois este achava-se muito próximo das zonas de produção. Também não podemos esquecer que vigorava um processo de descentralização dos grandes institutos científicos ocorrido no último decênio do Império.

A Imperial Estação Agronômica de Campinas foi fundada oficialmente em 27 de junho de 1887 por iniciativa do governo imperial com a finalidade de se estudar as culturas tropicais. Para organizá-la foi contratado por indicação do Dr. August von Hofmann, professor da Universidade de Berlim, o químico austríaco Dr. Franz Wilhelm Dafert (1863-1933). Seu primeiro grande desafio foi conciliar os interesses dos agricultores que, longe de ser um grupo homogêneo, possuíam interesses bastante diversos. Propôs um modelo de instituição que fosse aceito por todos a fim de produzir sempre colheitas satisfatórias sem prejudicar a fertilidade. Solicitou à Câmara Municipal a doação de uma área do município para construir o estabelecimento. O local escolhido foi um terreno no bairro Guanabara que possuía um excelente solo e próximo do Gasômetro. Entre a segunda metade de 1887 e o final de 1888 foi construída a sede da instituição e os trabalhos tiveram início em 1º de novembro de 1888, com o funcionamento do laboratório de análises.

No primeiro Relatório Anual publicado em 1888, Dafert procurou orientar o estabelecimento unicamente para a pesquisa e não o ensino. Para isso utilizou o exemplo da Alemanha, onde os institutos agronômicos raramente se dedicavam à educação. No entanto, este foi um problema sempre presente na vida do Instituto, pois muitos achavam que ela deveria também ser escola. Um dos fatos marcantes relacionados com essa questão aconteceu em 1892 quando o fazendeiro da região de Piracicaba,

Luis de Queirós, fez a doação ao Estado de uma fazenda com o objetivo de se construir nessa cidade uma escola de agricultura, que aliás, tornou-se realidade em 1901.

A notícia de fundação da instituição agrícola em Campinas não passou pelos meios científicos do Rio de Janeiro, pois, na *Revista Agrícola* do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, nas edições de 1888, 1889, 1890 e início de 1891, não havia uma linha sequer sobre o novo estabelecimento campineiro.

Os primeiros anos foram difíceis para Dafert e para a cidade, pois grassara no município o início de uma epidemia de febre amarela que ceifaria vidas preciosas, provocando a mobilização de médicos, farmacêuticos e demais cidadãos em um esforço coletivo para enfrentar este problema. No Relatório Anual de 1892, ele após três anos de observações sobre o clima da cidade, tentou explicar a ocorrência do mal em função das condições higiênicas do solo, relacionando a qualidade das águas com a incidência de casos da doença.

Pondo em prática novos métodos, propunha para o campo, um melhor conhecimento dos nutrientes do solo para melhorar a qualidade dos produtos. Além de presenciar o auge da comercialização do café, outros pontos eram propostos, como o incremento das culturas da vinha, do chá, da cana de açúcar, das plantas medicinais e aumento da produção de leite. O Conselheiro Antonio da Silva Prado, por exemplo, chegou a encomendar estudos de solo a Emílio Goeldi e participou de conferências internacionais visando o cultivo desses vegetais. Atendendo a uma sugestão dos agricultores, Dafert criou em 1889, uma repartição enológica, pois acreditava que uma indústria vinícola era essencial para atrair imigrantes italianos.

No ano de 1890 a Estação Agronômica foi totalmente reorganizada com a criação de quatro seções: *analítica*, na qual se faziam os trabalhos de laboratório; *experiências*, na qual eram feitas pesquisas de campo; *enológica*, dedicada ao estudo da vinha e por fim a *metereológica*, que acompanhava as variações climáticas. Além destas

seções, houve a criação de uma biblioteca, de uma gráfica em que eram publicados os famosos Boletins e Relatórios e a instalação de um museu.

Alguns agricultores colaboravam com a Estação. O Barão Geraldo de Rezende chegou a ceder dois terrenos de sua propriedade para ampliar a seção de experiências: um chamado *Sítio Santa Amélia* e outro, no *Bairro da Vila Marieta*, que continha aproximadamente oito mil pés de café. Luiz Pereira Barreto, cultivador de café em Pirituba também cedeu plantas e tornou-se grande propagandista do uso de adubos.

Em 8 de fevereiro de 1892, através do decreto nº 707, o governo federal transfere a Estação Agronômica para a jurisdição do estado de São Paulo, com a denominação de Instituto Agronômico, sendo votada uma verba anual de 15 contos para o seu custeio. Uma nova estrutura funcional é formada com a criação dos cargos de químico, enologista, fitopatologista e entomologista. Dois anos depois foi alugado um imóvel para a instalação da seção de fitopatologia, em função das pragas do café detectadas há algum tempo pelo técnico Franz Benecke.

É importante assinalar o perfeito entrosamento de Dafert com vários cientistas estrangeiros de renome internacional como Orville Derby, Albert Løefgren e Herman von Ihering. Os dois primeiros ligados à Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo, enquanto que o último foi diretor do Museu Paulista.

Cumprir destacar a importância dos Relatórios Anuais do Instituto Agronômico, pois eram documentos oficiais de divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelos pesquisadores. A procura por eles era tão grande que foram feitas várias coletâneas para atender ao pedido dos proprietários de terra. Este fato demonstra, sem dúvida, um crescente interesse pelo que se fazia naquela instituição.

Em um relatório de 1893, Dafert publicou um extenso estudo de trinta e nove páginas, no qual faz uma análise sobre as condições econômicas da lavoura paulista. Nesse ensaio denominado *Questões Agrícolas*, ele deixa claro que os trabalhos desenvolvidos no Instituto teriam que levar em conta principalmente os interesses dos cafeicultores campineiros, evitando que o solo na região próxima ao Agronômico se

tornasse improdutivo e pouco lucrativo. Ressaltava que o café representava divisas para o Brasil e que os métodos da lavoura em São Paulo eram pouco aperfeiçoados, pois em grande parte do plantio eram utilizados apenas a foice e a enxada. O Brasil, para ele, deveria ter o poder de barganha no comércio internacional e lutar para controlar os preços e aumentar os lucros. São Paulo era o café, enquanto que os estados sulistas deveriam produzir outros gêneros alimentícios. A verdade é que ele construía uma instituição mais paulista que brasileira. Esta orientação se revelou convincente enquanto a economia cafeeira caminhava bem, mas logo sofreu forte oposição quando os cafeicultores perceberam que seus rendimentos já não eram os mesmos do período de euforia.

Nos anos noventa do século XIX, a recessão mundial e a ausência de um planejamento na produção de café no período de euforia começavam a apresentar sua conta. A superprodução foi acompanhada por uma crescente queda dos preços do produto no mercado internacional. Seus efeitos só começaram a ser sentidos um pouco mais tarde, em função de uma política de desvalorização cambial que mantinha os preços do café, em termos concorrenciais, em níveis vantajosos para os cafeicultores.

Na verdade, o que ficava cada vez mais claro era que algo precisava ser feito e, nesse momento, o caminho mais curto para sair das dificuldades era o que levava os produtores para uma variação em suas lavouras. Havia uma percepção de que era urgente o desenvolvimento da policultura em São Paulo e por isso o Agrônomo teve que ser reorganizado. A Lei 473, de 1896, previa a criação de um *Posto Zootechico*, que se tornou realidade somente em 1905.

No dia 2 de fevereiro de 1898, Dafert achou que sua missão junto ao Agrônomo estava concluída e por isso pediu demissão do cargo de diretor; em seu lugar assumiu, seu antigo colaborador, Adolpho Barbalho Uchoa Cavalcanti.

Se, no início da década de noventa do século XIX, o café representou riqueza, e a uva era o único vegetal que merecia a tentativa de aclimação, agora, no final do século, a policultura significou progresso, e o Agrônomo se preocupou em aclimatar muitos outros vegetais, ampliando suas finalidades.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ALVIM, Zuleika; Carmo, Vitu do. *Chão Fecundo 100 anos de Historia do Instituto Agronômico de Campinas*. Apoio Cultural Agroceres, 1987.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A Economia cafeeira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MELONI, Reginaldo Alberto. *Ciência e Produção Agrícola: a imperial estação agronômica de Campinas 1887-1897*. São Paulo: Humanitas/FFCCH/USP, 2004

SEMEGHINI, Ulisses. *Do Café à indústria: uma cidade e seu tempo*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.

SCHWARTZMAN, Simon. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

